



## Congresso libera R\$ 196,2 mi para área da segurança pública

Senadores e deputados aprovaram ontem cinco propostas de remanejamento de recursos do Orçamento de 2018. Projetos contemplam diversos programas e órgãos públicos

Um acordo de líderes na sessão de ontem do Congresso permitiu a inversão de pauta e a votação de uma série de projetos que abrem crédito para a área da segurança pública. Entre as propostas está a que destina R\$ 435 milhões para os Ministérios da Justiça, da Segurança Pública, dos Direitos Humanos, da Defesa, da Cultura e do Planejamento. Só as áreas da justiça e da segurança pública receberam R\$ 196,2 milhões. Para o ministério dos Direitos Humanos, serão destinados R\$ 176,3 milhões.

A análise de vetos foi adiada para a próxima sessão do Congresso. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

Eunício Oliveira (mesa) comanda a sessão do Congresso que aprovou créditos suplementares para ministérios, órgãos públicos, Justiça e Ministério Público

### Comissão aprova regra para trabalho de gestante

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto que altera um dos pontos mais criticados da reforma trabalhista: o trabalho de gestantes e lactantes em condições insalubres.

Pelo texto, a gestante só poderá exercer atividades em local salutar ou, por iniciativa própria, em atividades onde o grau de insalubridade seja mínimo e com atestado médico. **4**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Senadores Guaracy e Armando ouvem Tasso Jereissati (D) na reunião em que foi aprovado texto de Ataídes Oliveira

**Relatório sobre fundo ferroviário pode ser votado **2****

**Projeto isenta a venda de milho do PIS e Cofins **6****

**Área social precisa de R\$ 45 bilhões, pedem senadores**

O ministro do Planejamento foi cobrado na Comissão Mista de Orçamento para que verbas destinadas à área social não sejam bloqueadas. **5**

**Patente não deve barrar genérico da hepatite C**

O ministro Marcos Lima disse ontem em audiência que a patente concedida à empresa Gilead não impedirá produção do genérico no país. **7**

**Avança texto com novas normas para uso do cheque **4****

**Código de Defesa do Consumidor pode ser alterado **8****

### Colegiado autoriza créditos no valor total de R\$ 1,3 bilhão

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem créditos no valor de R\$ 1,3 bilhão em alterações ao Orçamento de 2018. Parte das propostas foi

confirmada posteriormente em sessão do Congresso.

Foi aprovado ainda o Relatório de Receitas do Projeto de Lei do Orçamento de 2019. **5**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Relator do Orçamento de 2019, Waldemir Moka (2º à dir.) na reunião da votação

**O Brasil em construção**  
Exposição comemorativa dos 30 anos da Constituição Cidadã

de 22 de outubro a 16 de dezembro  
Salão Negro do Congresso Nacional  
Mais informações: [cn.leg.br/visite](http://cn.leg.br/visite)



# Fundo ferroviário deve ser votado hoje em comissão

Relatório da medida provisória que cria mecanismo para financiar o setor foi lido ontem em colegiado. Governo espera direcionar recursos arrecadados com a concessão de trecho de ferrovia

SERÁ RETOMADA HOJE a análise do relatório sobre a medida provisória que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário (FNDF). O texto foi lido ontem pelo deputado Lúcio Vale (PR-PA), que apresentou voto favorável à comissão responsável pela análise da MP, mas os parlamentares não chegaram a um acordo sobre parte do relatório e a reunião foi suspensa.

A MP 845/2018 recebeu 19 emendas, das quais 9 foram parcialmente acolhidas e incorporadas ao texto do projeto de lei de conversão.

“A relevância [da medida] também é demonstrada pela carência de investimentos que o Brasil possui em sua malha ferroviária, que pode contribuir para a redução dos gargalos logísticos que o país enfrenta no transporte

de produtos para exportação”, afirma Vale no relatório.

De acordo com a medida, o fundo funcionará por cinco anos, contados a partir de 20 julho de 2018, data de publicação da MP, e visa ampliar a capacidade logística do Sistema Ferroviário Nacional. O FNDF é composto por recursos do Orçamento da União, por doações e por outras fontes, como o montante arrecadado com a outorga e o ágio da subconcessão da Estrada de Ferro 151 — conhecida como Ferrovia Norte-Sul —, no trecho entre Porto Nacional (TO) e Estrela D’Oeste (SP).

A intenção, segundo o governo federal, é direcionar os recursos arrecadados com a concessão do trecho para investimentos que retroalimentem o setor, evitando que os recursos obtidos com a licitação sejam destinados ao Tesouro Nacional e acabem usados em outros setores.



Presidente do Senado reafirmando que está aberto a discutir Orçamento

## Eunício deve se reunir hoje com Bolsonaro e governadores eleitos

O presidente do Senado, Eunício Oliveira almoça hoje com governadores que iniciarão mandatos em 2019. O presidente eleito, Jair Bolsonaro, também participa do encontro.

A pedido de Bolsonaro, Eunício mudou o horário da cerimônia de posse presidencial, no dia 1º de janeiro. A solenidade ocorrerá a partir das 15h, o que representa uma antecipação de duas horas em relação ao horário previsto originalmente.

### Ficha Limpa

Eunício comentou ainda o ingresso na pauta do Senado do projeto que restringe o alcance da Lei da Ficha Limpa para políticos condenados depois de 2010. O PLS 396/2017 — Complementar, de Dalirio Beber (PSDB-SC), foi remetido ao Plenário, provocando polêmica.

Eunício explicou que foi apresentado um requerimento, assinado por mais de 50 senadores, solicitando regime de urgência para o texto. Nesse caso, ele é obrigado a pautá-lo. Eunício observou também que qualquer senador que for contrário a essa movimentação pode

protocolar requerimento semelhante, bastando para isso reunir o apoio de pelo menos 20 colegas.

A agenda de Eunício ontem à noite incluiu uma reunião com o economista Paulo Guedes, escolhido para chefiar o novo Ministério da Economia.

Na pauta do encontro, a possibilidade de mudanças na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019. O presidente do Senado afirmou que pretende colaborar com a transição de governo.

— Entendo não ser justo que um presidente assumira sem participar da discussão do Orçamento que ele vai implementar. Estamos abertos a fazer essa discussão.

Além de Guedes, os outros nomes já confirmados para a área econômica do próximo governo são o do ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy, para a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o do atual secretário do Tesouro, Mansueto de Almeida, para o mesmo cargo ou para a nova Secretaria da Fazenda, e o do presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, que deverá ser mantido no cargo.



Senador Flexa Ribeiro preside comissão sobre o texto, relatado por Vale

## Finanças têm situação estável, mas delicada, diz IFI

A Instituição Fiscal Independente (IFI) publicou na segunda-feira o relatório de acompanhamento das contas públicas de outubro. Os números mostram uma situação financeira estável, mas delicada. Apesar de um cenário de juros relativamente baixos, aliviando a pressão sobre a dívida pública, a IFI avalia que o crescimento do PIB para 2018 será de 1,4%, e não o 1,6% inicialmente estimado. Para 2019, a instituição estima uma queda menor na expectativa de crescimento, de 2,4% para 2,3%.

Segundo a IFI, a ociosidade da indústria — capacidade de produzir não realizada devido à crise econômica — é um dos elementos que mais colaboram para o baixo crescimento do PIB. E os produtos da indústria estão diretamente ligados ao comércio, que, por tabela, igualmente não cresce

o que poderia, apesar de um aumento de 6,4% entre setembro de 2017 e agosto de 2018.

A IFI trabalha com dois cenários: no otimista, com o equilíbrio das contas em 2020, o Brasil passaria a crescer a taxas de 3,4% entre 2020 e 2030. No pessimista, o equilíbrio seria distante, só permitindo um crescimento de 1,3% nos anos entre 2020 e 2030.

O elemento mais preocupante de todos é o cresci-

mento da dívida pública, que em setembro de 2018 atingiu R\$ 5,247 trilhões. São R\$ 4,97 trilhões de dívida interna e R\$ 276 bilhões de dívida externa. Em relação à dívida bruta, há duas metodologias: uma do Fundo Monetário Internacional (FMI) e outra do Banco Central do Brasil. A do FMI considera que a dívida atual corresponde a 85,81% do PIB. Já a do Banco Central calcula esse índice em 77,22%.



Economista Felipe Salto é o diretor da Instituição Fiscal Independente

## Lei de Vigilância Epidemiológica sofre alterações

Foi sancionada e publicada no *Diário Oficial da União* de sexta-feira a Lei 13.730, que modifica a Lei de Vigilância Epidemiológica (Lei 6.259, de 1975) para retirar menção a uma norma punitiva já revogada. O texto sancionado torna mais genéricas as referências sobre as punições cabíveis a quem desobedecer às regras sobre notificação compulsó-

ria de doenças, medidas de vigilância epidemiológica e programa de imunizações.

A Lei 13.730 tem origem no Projeto de Lei da Câmara 50/2018, aprovado no Senado em 16 de outubro. Já entrou em vigor na sexta-feira.

A lei anterior determina que o infrator seria punido pelo Decreto-Lei 785, de 1969, já revogado pela Lei de Infrações

Sanitárias (Lei 6.437, de 1977). Essa menção retirada do texto passa a determinar que as violações sejam punidas de acordo com a lei.

Ângela Portela (PDT-RR) relatou a proposta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e explicou que a aprovação não provoca mudança no ordenamento jurídico, apenas torna o texto legal mais claro.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



#### CDR Zona Franca Verde

9h Projeto que trata da isenção de imposto para a Zona Franca Verde é um dos 7 itens.

#### MP 851/2018 Fundos patrimoniais

9h/14h30 A comissão mista da MP que cria fundos patrimoniais para financiar projetos de interesse público promove duas audiências públicas.

#### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

10h Discursos e avisos da Mesa.

#### CTFC Garantia contratual

11h Proposta que trata da garantia contratual é um dos 10 itens da pauta.

#### MP 845/2018 Fundo ferroviário

11h A comissão da MP que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário vota relatório.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

# Congresso aprova R\$ 196,2 mi para segurança

Cinco propostas do governo federal de remanejamento de recursos do Orçamento de 2018 foram analisadas ontem. Projetos contemplam vários ministérios e programas

O CONGRESSO APROVOU ontem uma série de projetos que abrem crédito para a área de segurança pública, entre eles o que libera R\$ 435 milhões para os Ministérios da Justiça, da Segurança Pública, dos Direitos Humanos, da Defesa, da Cultura e do Planejamento (PLN 38/2018). As áreas da justiça e da segurança pública receberão R\$ 196,2 milhões.

Para a pasta dos Direitos Humanos, serão R\$ 176,3 milhões repartidos entre promoção dos direitos de crianças e adolescentes (R\$ 129,8 mi) e infraestrutura para atendimento aos menores (R\$ 46,5 mi). Já o ministério da Defesa receberá R\$ 40 milhões, sendo metade para modernização operacional do Exército e metade para o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul. Por fim, R\$ 20 milhões são destinados ao Ministério da Cultura, para fomento de atividades culturais, e R\$ 2,5 milhões irão para o Ministério do Planejamento, para gestão do patrimônio imobiliário da União.

O PLN 38/2018 teve de ser votado de forma separada, diante das divergências. Os deputados Bohn Gass (PT-RS) e Edmilson Rodrigues (Psol-PA) criticaram a proposta, dizendo

ela iria prejudicar o trabalhador, já que os recursos iriam para o seguro desemprego e o abono do PIS/Pasep.

Na mesma sessão, foi aprovado crédito suplementar de R\$ 266,7 milhões para diversos fins (PLN 14/2018). O maior montante (R\$ 81,4 mi) será usado pelo Ministério da Defesa para manter as organizações militares da Marinha e adquirir objetos de reposição e viaturas para os Corpo de Fuzileiros Navais, no Comando da Marinha. Outra parte (R\$ 78,4 milhões) irá para a

segurança pública do Distrito Federal.

Também há recursos para pagar a contribuição brasileira à Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), a construção do edifício-sede da Receita Federal em Vitória, a implantação da Estratégia Nacional de Educação Financeira, o pagamento de bolsas do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia a novos pesquisadores e a realização de levantamentos geológicos e de potencial mineral, hidrológicos

e da geodiversidade.

Outro remanejamento aprovado destina ao Ministério da Defesa o valor de R\$ 140 milhões (PLN 36/2018) para aquisição de equipamentos destinados à Aeronáutica.

O crédito especial de R\$ 372 milhões para os ministérios da Fazenda, da Justiça e da Segurança Pública (PLN 29/2018) também foi acolhido pelos parlamentares. A Casa da Moeda vai receber R\$ 358 milhões e a Funai, R\$ 14 milhões para a compra de imóvel rural para estabelecimento de reserva indígena no município de Tuntum (MA), para atender à comunidade indígena krenyê.

Outro projeto aprovado é o que libera o crédito de 40,8 milhões para o Ministério da Justiça (PLN 15/2018). O valor será destinado à construção e ao aprimoramento da Penitenciária Federal em Itaquitinga (PE). Ainda foi aprovada a liberação do valor de R\$ 10,3 milhões para a Presidência da República e para o Ministério da Justiça e da Segurança Pública (PLN 20/2018). A maior parte desse valor (R\$ 10 milhões) vai para a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Todos os textos seguem para sanção.



Senadores e deputados lotam Plenário na sessão conjunta em que aprovaram verba extra

## Liberados créditos suplementares no valor de R\$ 17,1 bilhões

Na sessão de ontem, senadores e deputados também aprovaram uma série de projetos que abrem créditos suplementares no valor total de R\$ 17,14 bilhões para diversos órgãos, empresas públicas e o Ministério Público da União. Aos estados e municípios serão direcionados R\$ 9,8 bilhões desse valor. Todas as propostas seguem agora para a sanção.

Um dos projetos destina R\$ 5,4 bilhões para vários órgãos (PLN 47/2018). A Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e as Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB) estão entre os beneficiados pela proposta, que ainda destina recursos para os ministérios da Fazenda, da Educação e da Indústria, Comércio e Serviços.

Também foi aprovado o projeto que libera R\$ 1,5 bilhão para os ministérios da Defesa, da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento Social, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, do Meio Ambiente, da Integração Nacional e das Cidades (PLN 48/2018). A Caixa, os Correios e o Instituto Chico Mendes (ICMBio) estão entre os beneficiados.

Alguns projetos estão relacionados à infraestrutura, entre eles o que abre crédito especial de R\$ 42,5 milhões para os Ministérios dos Transportes, da Aviação Civil e da Integração Nacional (PLN 11/2018). São recursos para o término de obras no Porto de Vitória e a construção e pavimentação de terminal no Porto de Fortaleza. Também há recursos para dragagem e adequação da navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro. No âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), os recursos serão destinados à licitação de pavimentação na BR-030 (BA).

### Infraero

O Congresso também aprovou o projeto que abre crédito suplementar de R\$ 50 milhões em favor da Infraero (PLN 33/2018). Serão beneficiadas áreas como administração geral, tecnologia da informação e transporte aéreo.

Um crédito suplementar de R\$ 65,5 milhões para diversos órgãos e ministérios também foi apreciado e acolhido pelos parlamentares (PLN 19/2018).

Senadores e deputados aprovaram ainda um crédito suplementar de R\$ 180,6 milhões para os Ministérios das

Cidades e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (PLN 21/2018).

Outra proposta apreciada foi o PLN 16/2018, que libera crédito especial de R\$ 19,8 milhões para o Ministério Público da União. O valor será usado para a aquisição dos edifícios-sede da Procuradoria do Trabalho em São Bernardo do Campo (SP) e Campo Grande.

Foi aprovado também o crédito especial de R\$ 52 milhões para as Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho (PLN 31/2018). Os recursos servirão para concluir um edifício da Justiça Federal em Salvador e para a compra de imóveis para instalar uma subseção em São João del Rei (MG) e a sede da Justiça Federal de Mauá (SP). Parte do valor será destinada à conclusão da obra de construção do Cartório Eleitoral no município de Rondon (PA) e para a construção dos edifícios-sede dos fóruns trabalhistas de Petrópolis, Resende e Macaé (RJ).

O Ministério da Educação também foi contemplado pelos parlamentares por meio do projeto que libera crédito especial de R\$ 21,3 milhões para o Orçamento da União (PLN 12/2018). Nesse valor estão incluídos R\$ 792

mil que serão enviados como doação brasileira para a obra de restauração da Basílica da Natividade, na cidade de Belém, no Estado da Palestina.

O projeto que abre crédito especial de R\$ 32,2 milhões em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública e da Integração Nacional também foi aprovado (PLN 25/2018).

Os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Educação, da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, da Cultura, do Turismo e do Desenvolvimento Social receberão o crédito suplementar no valor de R\$ 15,7 milhões (PLN 41/2018).

### Estados e municípios

Também foi aprovada a transferência de crédito suplementar no valor de R\$ 9,8 bilhões para estados, Distrito Federal e municípios (PLN 28/2018).

Para os Ministérios da Justiça, da Segurança Pública, da Defesa, das Relações Exteriores, da Fazenda, do Trabalho e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e para a Controladoria-Geral da União será liberado um crédito suplementar no valor de R\$ 390 milhões (PLN 22/2018).

## Análise de vetos presidenciais é adiada para a próxima sessão

O Congresso não conseguiu reunir ontem quórum suficiente para analisar os oito vetos presidenciais que trancam a pauta. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, que preside as sessões do Congresso, fez então um acordo com as lideranças partidárias para que os parlamentares votassem os projetos de lei que estavam na fila.

De acordo com o Regimento Comum do Congresso, são necessários os votos

de dois terços dos deputados e de dois terços dos senadores para que um veto presidencial seja derrubado.

O Plenário manifestava a intenção de derrubar dois dispositivos do Veto 19/2018, que impede benefícios fiscais para a modernização de infraestrutura física e de laboratórios das empresas de tecnologia.

Com pouco menos de 250 deputados presentes, o veto seria mantido caso a

votação acontecesse. Eunício propôs aos líderes a inversão da pauta, para que os vetos pudessem ser discutidos na próxima reunião do Congresso e para que os parlamentares decidissem sobre os projetos que distribuem verbas para diversas áreas.

Dos oito vetos pendentes, três podem ser derrubados integralmente. É o caso do Veto 29/2018, que trata de alterações no Simples Nacional. O Palácio do Pla-

nalto sugere a derrubada integral do projeto de lei da Câmara que permite a readmissão de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte excluídos do regime especial do Simples Nacional em razão de dívidas tributárias (PLC 76/2018 — Complementar).

Os demais vetos já tiveram alguns trechos mantidos, mas dependem de avaliação final sobre o restante.

# Texto muda regras para trabalho de gestante

Projeto aprovado em comissão não permite que grávidas e lactantes trabalhem em locais insalubres. Se o grau de insalubridade for mínimo, elas só poderão trabalhar se apresentarem atestado médico autorizando

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem novas regras para o trabalho de gestantes e lactantes em locais insalubres.

De acordo com o PLS 230/2018, de Ataídes Oliveira (PSDB-TO), a empregada gestante será afastada, enquanto durar a gestação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres. Ela deverá exercer tarefas em local salutar, excluído, nesse caso, o pagamento de adicional de insalubridade.

Quando o grau de insalubridade for mínimo, o trabalho da gestante só será permitido quando ela, por iniciativa própria, apresentar atestado de saúde, emitido por médico de sua confiança, autorizando sua permanência no trabalho.

— Esse dispositivo tem o cuidado de não promover situações de discriminação da mulher em locais com atividades insalubres, o que pode afetar a sua empregabilidade, principalmente quando se tratar de mulher em idade reprodutiva. É de grande importância atingir ambos objetivos, quais sejam a garantia da saúde da mulher e o nível de emprego — disse Ataídes.

Em relação às lactantes, o projeto diz que a empregada será afastada de atividades insalubres em qualquer grau quando apresentar atestado de médico de sua confiança, do sistema privado ou público de saúde, que recomende o afastamento durante a lactação.

— O projeto vai assegurar o afastamento da mulher gestante de atividades insalubres em grau máximo como forma de preservar a sua saúde e a do nascituro. Nos casos de grau médio e mínimo, elas podem trabalhar, desde que, por sua livre iniciativa, apresentem atestado de saúde — afirmou o relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

O presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), afirmou que a votação foi uma boa oportunidade para que os parlamentares retificassem um ponto bastante criticado na reforma trabalhista. O governo chegou a editar uma MP para alterar a reforma, mas o texto perdeu a validade antes de ser votado.



Pelo texto, empregada gestante será afastada de atividades insalubres

## Comissão aprova novas regras para pagamento com cheque

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que define novas regras para o pagamento com cheque no comércio.

Conforme o PLC 124/2017, do deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP), o comerciante que se propuser a aceitar cheque só poderá recusá-lo em duas situações: se o nome do emitente figurar em cadastro de serviço de proteção ao crédito ou se o consumidor não for o emitente do cheque e titular da conta corrente. O tempo de abertura de conta no banco não pode ser motivo de recusa.

A proposta diz que o comerciante será obrigado a receber cheques se não houver no estabelecimento a informação clara e ostensiva indicando que não são aceitos.

Quem descumprir as nor-

mas fica sujeito a sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor, que vão desde multas a interdição do estabelecimento.

O relator na CAE, Pedro Chaves (PRB-MS), concordou com a iniciativa, e seu parecer foi lido por Armando Monteiro (PTB-PE).

“Entendemos que a proposição estabelece normas razoáveis e proporcionais para a aceitação ou a recusa de cheques por estabelecimentos comerciais, sem impor custos econômicos desnecessários, e respeitando os riscos de mercado e crédito existentes”, diz o relatório.

O projeto será analisado agora pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

## Tempo de estágio poderá contar para aposentadoria

O período de estágio profissional pode ser incluído no sistema de Previdência Social como parte do regime especial de contribuições e benefícios. É o que determina o PLS 93/2017, que está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A autora, senadora Rose de Freitas (Pode-ES), alega que é comum o uso de estagiários por parte de empresas em todo o país como mão de obra barata, atuando nas mesmas condições de profissionais já formados, porém sem acesso aos mesmos direitos.

A senadora acrescenta que todas as propostas de reforma da Previdência discutidas nos últimos anos aumentam o tempo mínimo de contribuição para a obtenção tanto de aposentadorias quanto de pensões, e que, portanto, incluir os estagiários virou “uma

questão de justiça social”. Também afirma que uma parte dos estagiários desconhece ser possível hoje uma inscrição facultativa no sistema.

Outra vantagem do registro de todos os períodos de estágio na carteira de trabalho, segundo ela, será um impacto positivo na comprovação de experiência para o mercado.

### Formalização

O relator, senador José Pimentel (PT-CE), apresentou parecer pela aprovação. Ele considera a medida “um grande avanço ao sistema previdenciário” e “um enorme benefício” aos próprios estagiários. Ele avalia que o ingresso precoce no sistema previdenciário é algo “reconhecidamente vantajoso para os jovens”, pois permitirá a contagem do tempo de contribuição o mais cedo possível.

O texto determina uma inscrição menos onerosa para os estagiários e seus contratantes, como forma de incentivo à formalização desse tipo de contrato. O estagiário contribuirá na base de 5% da contraprestação que receba, ao qual serão acrescentados outros 5% de contribuição por parte do contratante. Como contrapartida, o estagiário terá direito a um rol mais restrito de benefícios: apenas aos auxílios-doença e acidente.

A reunião da CAS está marcada para começar às 9h e tem outros 13 itens na pauta, entre eles o PLS 565/2007, do senador Paulo Paim (PT-RS), que proíbe a cobrança de juros mais altos nos empréstimos com desconto na folha de pagamento de aposentados e pensionistas do INSS, em comparação aos pagos pelos trabalhadores ativos.

## Ângela Portela protesta contra MP que adia reajustes de servidores

Ângela Portela (PDT-RR) manifestou indignação pela medida provisória que adia e cancela reajustes dos servidores. A senadora disse que a MP 849/2018 é cópia de uma outra MP, derrubada pelo ministro do STF Ricardo Lewandowski. Para ela, o texto prejudica várias carreiras.

— [São atingidos] o subsídio da polícia civil do extinto território, parcelas que compõem a remuneração dos policiais e bombeiros militares dos extintos territórios de Roraima, de Rondônia e do Amapá e o reajuste no vencimento e na retribuição por titulação, a chamada RT, dos professores federais dos ex-territórios.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

## Medeiros: crítica deveria recair sobre gastos com os Poderes, não com salários

José Medeiros (Pode-MT) sugeriu ontem uma revisão da divisão de recursos entre os Poderes porque, na sua opinião, os salários são irrisórios nesse debate e não alteram o montante repassado.

— Ninguém se scandaliza com o tanto que se repassa para as assembleias estaduais, com o percentual que os governos estaduais estão repassando para o Judiciário. Ninguém questiona se o Judiciário é caro; preocupa-se com o salário.

O senador revelou estar “apanhando nas redes como se fosse um bandido” desde a aprovação do reajuste dos salários do Judiciário.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

## Lasier Martins diz que é contra projeto que altera Lei da Ficha Limpa

Lasier Martins (PSD-RS) criticou ontem o Projeto de Lei do Senado 396/2017, que retira do alcance da Lei da Ficha Limpa políticos condenados por crimes anteriores a 2010, quando a lei foi sancionada. Ele disse que a proposta foi colocada na pauta sem o conhecimento da maioria dos senadores. Há um requerimento de urgência para votação. Para Lasier, não pode haver políticos com a “ficha meio limpa, meio suja”.

— Eu quero pedir que votemos contra essa revogação, ou alteração, da Lei da Ficha Limpa. Esta Casa já contribuiu muito para uma depuração da velha política, mas precisamos ir mais fundo.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

## Para Gleisi Hoffmann, Lula é inocente no caso do sítio de Atibaia

Gleisi Hoffmann (PT-PR) denunciou ontem o que chamou de injustiças e descabros contra o ex-presidente Lula. A senadora citou o depoimento que ele fará amanhã no processo judicial que investiga as reformas no sítio de Atibaia (SP).

— Amanhã o depoimento do presidente Lula é sobre esse processo: um sítio que não é dele, de uma reforma que ele não pediu, de um dinheiro que não veio de contrato oriundo da Petrobras, mas que está sendo julgado por Sérgio Moro em Curitiba, e mais do que isso: Sérgio Moro, nomeado ministro da Justiça de Bolsonaro, mostrando, portanto, que tem posição política.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

# Ministro é cobrado para liberar verbas sociais

Esteves Colnago Junior, do Planejamento, esteve na CMO. Integrantes pediram que os recursos do Bolsa Família e do BPC não sejam bloqueados

SENADORES E DEPUTADOS cobraram ontem do ministro do Planejamento, Esteves Colnago, a liberação de R\$ 45 bilhões destinados à área de assistência social que podem ser bloqueados no Orçamento de 2019. O dinheiro é destinado ao pagamento do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Colnago participou de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O possível bloqueio se deve à chamada regra de ouro, prevista na Constituição. Ela proíbe que a União se endivida para cobrir gastos correntes, como salários de servidores ou contas de água, energia e telefone. Para realizar despesas mais altas que as receitas, o Poder Executivo deve pedir autorização ao Congresso.

## Despesa trilionária

A previsão para 2019 é de R\$ 2,096 trilhões em despesas correntes e R\$ 1,838 trilhão em receitas (exceto operações de crédito). O pagamento dessa diferença de R\$ 258 bilhões em



Titular da pasta do Planejamento, Colnago (3º à esq.) fala em debate presidido por Negromonte (5º à esq.)

despesas depende de aprovação do Poder Legislativo.

No projeto de Lei Orçamentária Anual enviado ao Congresso (PLN 27/2018), o Palácio do Planalto incluiu despesas com Previdência (R\$ 201,7 bilhões), BPC (R\$ 30 bilhões), Bolsa Família (R\$ 15 bilhões) e outras rubricas (R\$ 11,4 bilhões). De acordo com o ministro do Planejamento, o governo federal garante o pagamento desses gastos “até junho ou julho do próximo ano”.

— Não há corte dessas despesas. Todas estão previstas. A gente sabe da importância de todos os gastos que estão aqui. Todos são essenciais,

necessários e meritórios. Buscamos despesas que não tenham nenhuma resistência no Congresso. O próximo presidente vai ter tempo para mandar e o Legislativo para aprovar o projeto — justificou.

Fátima Bezerra (PT-RN), relatora setorial de Trabalho, Previdência e Assistência Social do Orçamento de 2019, criticou a inclusão das despesas com Bolsa Família e BPC na “regra de ouro”. Ela classificou a medida como “um corte brutal”.

— Estamos falando de vidas humanas. Isso pode colocar em risco mais de 7 milhões de famílias que poderão ficar sem o Bolsa Família. Mais de

2,3 milhões de pessoas com necessidades especiais e idosos sem o BPC. Se o governo federal não fizer sua parte, como os municípios vão ter condições de manter a rede de serviços socioassistenciais funcionando país afora? Não vão ter condições — alertou a senadora.

## Assistência social

A audiência pública contou com a presença de representantes do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social. Eles também pediram o “desbloqueio” dos recursos para a área.

— Compreendemos a necessidade de ajuste diante da crise que o país enfrenta, mas nossa grande preocupação com a aprovação desse orçamento é o impacto social, o prejuízo desse corte drástico no próximo ano — afirmou a presidente do CNAS, Norma Suely Carvalho.

O ministro do Planejamento reconheceu que a inflação acumulada em 2018 “talvez seja um pouco maior” que os 4,2% previstos pelo Poder Executivo. Ele disse que essa variação pode provocar o aumento do salário mínimo estimado para 2019, de R\$ 1.006.

Colnago afirmou que o percentual dos gastos com Previdência e pessoal em relação ao total de despesas da União deve saltar de 64% em 2018 para 66% em 2019. Apesar disso, o déficit das contas públicas este ano deve ser menor do que os R\$ 159 bilhões inicialmente calculados pela equipe econômica.

— Talvez R\$ 20 bilhões abaixo disso. Imaginamos um resultado melhor em relação à meta. Destaco que, ainda assim, temos um déficit substancial, o que demonstra ou reafirma a importância da manutenção do teto de gastos — argumentou o ministro.

## Comissão aprova R\$ 1,3 bi em créditos suplementares

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem uma série de créditos especiais e suplementares, somando cerca de R\$ 1,3 bilhão em alterações ao atual Orçamento, algumas delas aprovadas posteriormente na sessão do Congresso Nacional (veja na página 3).

Mesmo com poucos parlamentares na reunião da comissão devido às sessões da Câmara e do Senado, que estavam ocorrendo simultaneamente, um acordo entre os líderes permitiu que as votações fossem realizadas.

O deputado Waldenor Pereira (PT-BA) chegou a declarar que votaria contrariamente ao

PLN 36/2018, já que a proposta cancela verbas destinadas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador:

— Eu não vou criar obstrução, mas peço que registre meu voto contrário aos cancelamentos de verbas de programas sociais. Fico preocupado com a série de cancelamentos em áreas sociais que estão sendo realizadas para viabilizar esses créditos.

O projeto foi um dos aprovados pelo Congresso mais tarde.

## Receitas

Também foi aprovado o Relatório de Receitas do Projeto de Lei do Orçamento de 2019 (PLN 27/2018), relatado

pelo deputado Alceu Moreira (MDB-RS). O presidente da CMO, deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), lembrou que os parlamentares “estão correndo para cumprir os prazos”.

— Temos ainda mais alguns créditos especiais e suplementares na casa de bilhões de reais para serem aprovados pela CMO. E que deverão ser votados na próxima reunião, até a próxima semana, pois nossa maior prioridade é a aprovação do Orçamento.

Veja abaixo os projetos de créditos suplementares e especiais aprovados pela CMO e que ainda passarão pelo Plenário do Congresso.

## Universidades apoiam os fundos patrimoniais, mas criticam MP 851

Representantes de universidades, convidados de audiência na comissão mista que analisa a MP 851/2018, defenderam ontem a criação de fundos patrimoniais e o estímulo a doações privadas para financiar as instituições, mas questionaram pontos da medida editada pelo presidente Michel Temer em setembro.

Os debatedores pediram a supressão do capítulo da MP que cria o Programa de Fomento à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação — Programa de Excelência. Na prática, segundo eles, esse trecho pretende substituir recursos orçamentários por eventuais doações de particulares.

Os reitores Soraya Smaili (Universidade Federal de São Paulo), Edward Madureira Brasil (Universidade Federal de Goiás), Amália Andery (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e Eduardo Modena (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo) afirmaram que é preciso incluir na MP incentivos fiscais para estimular as doações aos fundos. A ideia foi apoiada também pelos representantes das três universidades estaduais de

São Paulo — Carlos Eduardo Vergani (Unesp), Rudinei Toneto Júnior (USP) e Rangel Arthur (Unicamp).

Os representantes da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, Gilberto Jorge Cordeiro Gomes, e do Comitê Gestor da Rede de Educadores em Museus, Fernanda Castro, disseram que a medida abre o serviço públicos à terceirização e reduz os recursos orçamentários, colocando em risco o patrimônio cultural do país.

Integrante da comissão, o deputado Celso Pansera (PT-RJ), ministro da Ciência e Tecnologia no governo Dilma Rousseff, concordou com os alertas sobre a possível redução de recursos públicos para as universidades, mas defendeu a aprovação da MP 851, com ajustes.

A relatora da MP, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), afirmou que buscará um consenso para aprovação da medida provisória. Ela é autora de proposta sobre fundos patrimoniais para universidades já aprovada pela Câmara dos Deputados e hoje em tramitação no Senado (PLC 158/2017).

Da Agência Câmara

### Projetos que seguem para análise do Congresso

PLN E VALOR	ORIGEM DOS RECURSOS	NOVA DESTINAÇÃO
PLN 24/2018 R\$ 2,3 milhões	Tesouro Nacional e da Empresa de Projetos Navais (Emgepron)	Infraero (Aeroporto de Curitiba) e Marinha (Base de Submarinos RJ)
PLN 31/2018 R\$ 52,8 milhões	Justiça do Trabalho de São Paulo e Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro, entre outros	Construção e aquisição de prédios para a Justiça do Trabalho em cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo
PLN 32/2018 R\$ 33,4 milhões	Termoelétrica de Santa Cruz, manutenção de bens, transportes especiais de gás e petróleo	Furnas, Gaspetro, Eólica Mangue Seco e Transportadora Associada de Gás (TAG)
PLN 35/2018 R\$ 519,9 milhões	Tesouro Nacional, emendas de bancadas estaduais, Hospital do Câncer de Barretos, unidades de saúde do Espírito Santo, fomento à pesquisa, entre outros	Ministérios das Relações Exteriores, da Ciência e Tecnologia, da Saúde, do Trabalho e o do Desenvolvimento Social
PLN 39/2018 R\$ 382 mil	Tesouro Nacional	Companhia Docas do Espírito Santo.
PLN 45/2018 R\$ 100 milhões	Tesouro Nacional	Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), aquisição de navio antártico.
PLN 43/2018 R\$ 240 milhões	Tesouro Nacional e Ministério das Minas e Energia	Telebrás, Petrobrás, Transpetro, Dataprev, Basa e outras estatais

# Milho e derivados podem ficar isentos de PIS/Pasep e Cofins

A intenção da proposta é dar tratamento tributário igual ao da soja. Votação na Comissão de Reforma Agrária foi adiada para semana que vem

A VENDA DE milho em grão, óleo e farelo poderá ficar isenta das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). É o que determina o PLS 117/2018, cuja discussão teve início ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A votação foi adiada para a próxima reunião.

O projeto, do senador Cidinho Santos (PR-MT), propõe a isenção para o milho por razões de “justiça e isonomia”, uma vez que o benefício tributário já é dado à soja e a seus derivados.

O presidente da comissão, senador



Início da discussão da proposta de Cidinho (E) se deu em reunião presidida por Ivo Cassol

Ivo Cassol (PP-RO), defendeu a aprovação do projeto sob o argumento de que ele “vem fortalecer e ajudar o setor que tanto precisa, especialmente para a cadeia produtiva”. O relator é o senador

Wellington Fagundes (PR-MT).

Depois de aprovada na CRA, a proposta segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde recebe decisão terminativa.

## Proposta cria fundo para o Parque de Terra Ronca, em Goiás

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) poderá votar hoje a criação do Fundo Nacional de Apoio à Região de Terra Ronca (Funter).

De acordo com o PLC 33/2018, do deputado Pedro Chaves (MDB-GO), o Funter deverá promover a economia, a cultura e o turismo na região de Terra Ronca, situada nos municípios goianos de São Domingos e Guarani de Goiás.

Relatado por Waldemir Moka (MDB-MS), o projeto estabelece que o fundo terá a finalidade de fomentar a qualificação dos trabalhadores locais, estimular produtos feitos pelas comunidades, criar condições para a instituição de cooperativas e viabilizar a colaboração entre os moradores e en-

tidades públicas e privadas de turismo.

O Funter contará com recursos de operações de crédito internas e externas, firmadas com entidades privadas, públicas, nacionais e internacionais, e convênios firmados entre os estados, entre outras fontes previstas em lei.

O Parque Estadual de Terra Ronca abriga um dos maiores sítios de cavernas e grutas da América Latina, muitas delas ainda não mapeadas.

A formação do complexo localizado dentro do parque deve-se à ação dos rios que nascem na Serra Geral, que ganham volume sobre os maciços de quartzito e erodem as rochas calcárias. O nome Terra Ronca deriva do rugido dos rios que atravessam as cavernas e

do burburinho das cachoeiras que se formam no seu interior.

Depois de votada na CDR, a proposta seguirá para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

### Semiárido

A CDR também pode votar hoje proposta que define os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido. Pelo texto, a definição deverá ser atualizada a cada cinco anos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), levando em conta, pelo menos, a precipitação pluviométrica média anual, o índice de aridez e o risco de seca. O PLS 146/2014 é de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e relatado por José Pimentel (PT-CE).

A Lei 7.827, de 1989, já atribui à Sudene a responsabilidade de definir as características do semiárido, mas não impõe à autarquia a obrigação de atualização periódica dos critérios. A Constituição assegura ao semiárido nordestino a metade dos recursos aplicados em programas de financiamento ao setor produtivo destinados à região. Esse diferencial tem motivado os municípios a pleitearem a sua inclusão.

Já aprovada na CAE, a proposta será votada em caráter terminativo. Caso não haja recurso para votação em Plenário, a proposta seguirá para a Câmara dos Deputados.



Parque Estadual de Terra Ronca reúne um dos maiores conjuntos de cavernas da América Latina

## Fátima divulga carta contra a MP do Saneamento Básico

Fátima Bezerra (PT-RN) leu ontem uma carta assinada por governadores contrários à Medida Provisória 844/2018, que altera a Lei de Saneamento Básico. Assinam a carta 24 governadores eleitos ou ainda no cumprimento do mandato.

Segundo ela, não houve diálogo com os governos estaduais durante a edição ou na análise da MP.

A senadora afirmou que a medida desorganiza o setor. Ela defendeu a adoção de um modelo com a participação privada, mas que promova ganhos para todos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Vanessa Grazziotin diz que texto prejudica pequenas cidades

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a rejeição da Medida Provisória 844/2018, que autoriza a privatização dos serviços de saneamento e abastecimento de água.

Se aprovada a MP, disse, prefeitos e governadores serão obrigados a vender para a iniciativa privada a prestação desse serviço.

— [Haverá interesse] nos grandes municípios, como São Paulo, Curitiba, Recife. Nos pequenos municípios, aqueles que não dão retorno, não haverá interesse da iniciativa privada.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Airton Sandoval quer incentivo a novos modais de transporte

Airton Sandoval (MDB-SP) afirmou que Jair Bolsonaro terá como grande desafio no setor de transportes incentivar novos modais no país.

Segundo o senador, dados do Banco Mundial apontam que 58% do transporte de passageiros e cargas no país é feito por rodovias, “o que evidencia a dependência do Brasil em relação a esse modal”.

— Incompreensivelmente, a modalidade de transporte marítimo fica em 9,2%, o aéreo representa 5,8% e o transporte de ferrovias se restringe a apenas 5,4%.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvío Burle  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Patente permite produzir remédio, diz ministro

Titular do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços afirmou na Comissão de Assuntos Econômicos que Brasil poderá fabricar medicamento contra hepatite C

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) ouviu ontem os esclarecimentos do ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge Lima, sobre a concessão de patente do medicamento Sofosbuvir à farmacêutica americana Gilead. O medicamento cura a hepatite C em 95% dos casos e teve a patente concedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi).

O ministro esclareceu que o pedido de patente do Sofosbuvir, na verdade, não foi deferido pelo Inpi. O que foi deferido foi o pedido de patente sobre uma molécula para a fabricação do medicamento, o que não impediria a produção de medicamento genérico no Brasil.

— A empresa solicitante também fez um pedido de moléculas para fabricação desse medicamento. De igual forma como se pediu em outros países. Um pedido de 2004, com base em um pedido de 2003 feito nos EUA e que foi deferido em vários países — afirmou.

Ele disse ainda que um artigo publicado pela Fiocruz afirma que a patente não afeta



Entre Otávio Pimentel e o presidente da comissão, Tasso Jereissati, Marcos Lima dá explicações à comissão

a produção e a distribuição do produto, gerado no contexto do acordo de cooperação entre a Fiocruz e o consórcio BMK, que não utilizam esse intermediário para a formulação do medicamento.

O autor do requerimento para a audiência pública, senador José Serra (PSDB-SP), explicou que solicitou o debate após tomar conhecimento de reportagem publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo*. O jornal noticiou o deferimento da patente do Sofosbuvir.

Segundo as informações da *Folha*, a concessão impediria o laboratório estatal de Farmanguinhos de produzir o genérico. A produção no local geraria uma economia superior a R\$ 1 bilhão para os cofres públicos.

De acordo com Serra, é importante discutir a questão da concessão de patentes, porque elas apenas são vedadas nos casos em que haja risco ou dano à saúde, e muitas vezes não consideram o aspecto econômico.

— A questão básica é outra. Não é quanto a interferir, a fazer valer o interesse público, permitir o licenciamento da patente para os novos detentores dela e tudo mais. A questão básica é saber se efetivamente isso vai se refletir no preço.

O senador apresentou aos demais integrantes da CAE, ao ministro e ao presidente do Inpi, Luiz Otávio Pimentel, presente na audiência, um projeto que amplia o poder da Anvisa para que a agência possa examinar a patente e

incluir nessa análise o aspecto econômico.

Armando Monteiro (PTB-PE) afirmou que o projeto de Serra será importante para gerar equilíbrio entre o direito de propriedade e a questão econômica do setor farmacêutico. No entanto, ele disse que não sabe se a análise econômica deve estar situada na Anvisa.

— Poderemos verificar também que temos o Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica], temos a área de defesa da concorrência. Precisamos ter um certo cuidado, porque, na realidade, o que se pretende é estabelecer mecanismos da defesa da concorrência — disse.

O ministro afirmou que vai colaborar com projeto de Serra e que será importante para o país pensar nesses pontos estratégicos.

— Se de um lado há o direito de quem investe, de quem produz e que nós precisamos manter segurança jurídica e o melhor ambiente de negócios possível, de outro lado há também todos os pontos de saúde pública que foram aqui colocados — disse.

## Medida provisória que transfere imóveis do INSS divide opiniões em audiência

As definições da Medida Provisória (MP) 852/2018, que transfere imóveis do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) à União, dividiram opiniões ontem, em audiência pública da comissão mista instalada para examinar a proposta. Uma parte dos debatedores considerou a MP necessária, mas houve quem apontasse o perigo de que a medida sobrecarregue a Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

O texto transfere cerca de 3,8 mil imóveis não operacionais do INSS para a administração da SPU, que devem ser vendidos para reduzir o déficit previdenciário. A medida também extingue o Fundo Contingente da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA), liberando outros imóveis para auxiliar na redução do déficit previdenciário, com a amortização das dívidas do fundo com o Tesouro Nacional.

Segundo o diretor de Orçamento, Finanças e Logística do INSS, Sidnei Cottet, o instituto detém 5.742 imóveis, dos quais 1.613 são usados na operação. Outros 1.743 estão vagos e 2.386, ocupados por órgãos federais, municipais e estaduais. Cottet ressaltou que a demanda pela regularização das ocupações ocorre há anos, mas o INSS esbarra na Lei 9.702, de 1998, que não permite a cessão gratuita dos imóveis.

— Essa MP permite passar os imóveis que estão no fundo previdenciário para a SPU como forma de amortizar a dívida que temos com o Tesouro, contraída desde 1996 e que beira a ordem de R\$ 50,4 milhões.

Para o secretário de Patrimônio da União, Sidrack de Oliveira Correia Neto,

o problema está na falta de expertise do INSS para administrar os imóveis.

— Vamos identificar os imóveis um a um e fazer uma atualização, deduzindo o valor para o débito do fundo previdenciário. A partir daí, faremos a regularização e incorporação do imóvel no sistema da SPU.

### Peso

Ex-delegado do Patrimônio da União no Rio de Janeiro, Elso do Couto e Silva avaliou, contudo, que a MP confere um “encargo pesadíssimo” à SPU. Para ele, a secretaria carece de pessoal e recursos materiais.

— Nosso arcabouço legal sobre administração dos patrimônios da União vem de antes de 1940, determinando a demarcação, identificação, cadastramento e registros desses imóveis. Mas nem mesmo a Linha do Preamar Médio (LPM) está demarcada no território nacional.

Silva acredita que a desburocratização nos processos da SPU poderiam ser uma forma de começar a resolver a questão.

O relator da matéria, senador Dário Berger (MDB-SC), concorda que a burocracia é um problema central.

— O princípio de atuação do setor público tem que ser o da confiança, e não da desconfiança. Nós enxertamos legislações e instruções normativas porque temos a preocupação que aquilo possa criar uma série de problemas, pois desconfiamos antecipadamente da atuação dos agentes públicos.

O senador disse que, ao longo da história, a SPU não conseguiu resolver problemas simples e que muitas vezes trava o desenvolvimento das cidades brasileiras. Por isso, aposta que a MP pode ser positiva.

Segundo o titular da secretaria, o órgão está estruturada para realizar as ações previstas na MP.



Sidrack Neto, senador Dário, deputada Soraya Santos, Sidnei Cottet e Elso Silva no debate

# Cultura machista estimula feminicídio, aponta debate

Audência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa destacou iniciativas no Piauí e em Alagoas que têm o objetivo de combater esse tipo de crime e proteger as mulheres

O BRASIL PRECISA superar sua cultura machista. A afirmação foi feita ontem pela ex-secretária de Políticas para as Mulheres Eleonora Menicucci, em audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH). A audiência foi solicitada pela presidente do colegiado, Regina Sousa (PT-PI).

O Piauí foi o primeiro estado a ter uma Delegacia do Feminicídio e a desenvolver um protocolo especializado de investigação desses crimes. Foi também pioneiro no oferecimento de Plantão de Gênero 24 horas, sete dias por semana, para atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica. De acordo com a subsecretária de Segurança Pública do Piauí, Eugênia Villa, o maior número de agressões ocorre nos fins de semana e feriados.

— As mulheres estão chegando a esperar as delegacias da mulher fecharem para irem até o Plantão de Gênero, porque sabem que lá o atendimento é feminino — afirmou.

A secretária da Mulher e dos



Regina (4ª à esq.) comanda debate na Comissão de Direitos Humanos

Direitos Humanos de Alagoas, Maria José da Silva, relatou alguns avanços obtidos com iniciativas como o Patrulha Maria da Penha vai às Escolas.

— O índice de violência é altíssimo. Não é só a mãe que está sendo violentada.

Para Eleonora Menicucci, o combate aos crimes contra a mulher, como o feminicídio e o estupro, é indissociável do combate à cultura machista que extravasa o âmbito jurídico-policial.

— Três pautas resumem toda a pauta das mulheres: nosso corpo nos pertence, o

silêncio é cúmplice da violência e, por fim, trabalho igual, salário igual.

## Índigena eleita

Primeira mulher indígena a ser eleita deputada federal, Joênia Wapichana, que participou da audiência, disse que um dos seus desafios a partir de 2019 será fazer frente à PEC 215/2000, em tramitação na Câmara, que transfere para o Congresso a decisão sobre demarcações de terras indígenas e a outros projetos de lei que mudam a legislação sobre demarcações.

# Comissão votará projetos que mudam Código do Consumidor

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) pode votar hoje projeto que muda o Código de Defesa do Consumidor (CDC) para alterar o prazo para o cidadão reclamar contra a qualidade de produtos ou serviços. De acordo com o PLS 90/2012, do senador Eduardo Amorim (PSDB-SE), o prazo só começaria a contar depois do fim da garantia contratual. O relator, Dário Berger (MDB-SC), é favorável à proposta.

O colegiado pode votar outros três projetos que alteram o CDC.

O PLS 545/2013, do senador Vicentinho Alves (PR-TO), proíbe que empresas prestadoras de atendimento ao consumidor retenham senhas ou documentos que comprovem o horário de chegada do usuário aos estabelecimentos. O relator, senador Wilder Moraes (DEM-GO), é favorável ao texto.

Já o PLS 17/2016, do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), reduz de cinco para dois dias úteis o prazo para correção ou exclusão de registros em cadastros de proteção ao crédito.

O relator, Romero Jucá (MDB-RR), defende a aprovação do projeto.

Pelo PLS 21/2017, da senadora Rose de Freitas (Pode-ES), o uso de balanças de precisão em estabelecimentos varejistas que comercializem produtos lacrados seria obrigatório. O relator, Gladson Cameli (PP-AC), é pela aprovação, mas sugere algumas mudanças. Ele restringe a obrigatoriedade a empresas de médio e grande porte e dá prazo de 180 dias para que os estabelecimentos se ajustem à nova regra. Também substitui as balanças de precisão, previstas no texto, por balanças comuns.

## Estatais

A CTFC pode votar ainda o PLS 155/2018, que altera a Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei 13.303, de 2016).

A proposta, que terá última votação na comissão, determina que União, estados, Distrito Federal e municípios avaliem anualmente as atividades das empresas públicas e sociedades de economia mista. Do ex-senador Roberto Muniz, o projeto é relatado pelo senador Armando Monteiro (PTB-PE).

## ELEIÇÕES 2018

### Flávio Arns (Rede-PR)



Lia de Paula/Agência Senado

Senador eleito diz ser contra “oposição por oposição”

## Conciliador, Flávio Arns deve focar na educação

Em seu retorno ao Senado após oito anos, Flávio Arns avalia que o momento exige disposição para o diálogo:

— Oposição por oposição é inconcebível. A natureza do trabalho parlamentar é o entendimento, a comunicação com a sociedade, a interlocução com todos os setores. Construiremos juntos as respostas de

que o Brasil precisa.

Arns tem uma vida profissional ligada à educação e às pessoas com deficiência e vai priorizar esses temas. Segundo ele, é preciso discutir a educação integral, a valorização dos professores, o acompanhamento do Plano Nacional de Educação (PNE) e o financiamento do setor.

### Cid Gomes (PDT-CE)



Fabio Rodrigues Pózehom/Agência Brasil

Para ex-governador, antes precisam de leis específicas

## Cid Gomes quer estados com autonomia legislativa

Eleito com 3,2 milhões de votos, Cid Gomes afirma que uma de suas prioridades no Senado será fortalecer a autonomia dos estados e do Distrito Federal.

— Os estados brasileiros têm realidades diferentes e precisam ter mais autonomia na capacidade de fazer leis e de adaptar a legislação a suas rea-

lidades — defendeu.

Cid Ferreira Gomes nasceu em Sobral (CE) em 1963. É engenheiro civil formado pela Universidade Federal do Ceará.

Em 2006 assumiu o cargo de governador, sendo reeleito em 2010.

Cid também foi ministro da Educação no segundo governo de Dilma Rousseff.

### Jaques Wagner (PT-BA)



Elzo Filso/Agência Brasil

O Brasil só tem menos partidos que o Haiti, afirma petista

## Jaques Wagner defende priorizar reforma política

A reforma política será a prioridade do petista Jaques Wagner, eleito para representar a Bahia no Senado a partir de 2019. Para ele, a mudança na legislação eleitoral “é a mãe de todas as reformas”.

— Precisamos fortalecer a democracia brasileira. O Brasil só tem menos partidos políticos do que o Haiti, que é uma sociedade

conflagrada e com uma democracia muito incipiente. Essa superprodução de partidos é uma das causas de ter um descontrole total no Congresso. Um partido deve corresponder a um projeto de Brasil, e eu não conheço 30 projetos de Brasil. Você pode ter três, quatro, cinco. Muitos partidos não representam um conjunto de ideias.